

Articula-se amplo entendimento em torno de um projeto capaz de fortalecer a reforma universitária

SBPC, Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e Ministério da Educação (MEC) estão empenhados no esforço conjunto de produzir um texto capaz de formar sólida

base de apoio ao projeto de reforma do ensino superior. Com este elevado objetivo, reuniões, debates e consultas têm se intensificado nas últimas semanas. As partes parecem cada vez mais confiantes de que um compromisso pode e deve ser encontrado.

De parte da comunidade científica e acadêmica, os entendimentos são conduzidos por Ennio Candotti, presidente da SBPC, Ana Lúcia Gazzola, reitora da UFMG e presidente da Andifes, Eduardo Krieger e Luis Davidovich, respectivamente presidente e diretor da ABC.

O MEC é representado neste mutirão, sobretudo, pelo secretário-executivo, Fernando Haddad, e pelo secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan. Mas o ministro Tarso Genro é informado de tudo, a cada instante.

A formação de larga e prestigiosa base de apoio ao projeto de reforma é considerada indispensável para que ele possa chegar ao Congresso Nacional cercado das melhores credenciais e da simpatia geral dos meios científicos e acadêmicos.

Até a hora de fecharmos esta edição, no dia 21/2, todos os pontos em discussão, no anteprojeto do MEC sobre a reforma, estavam sendo negociados com total boa vontade das partes. Isto é um forte indicativo da viabilidade do entendimento almejado.

Conselho de Desenvolvimento - Sinal positivo desta tendência é a declaração do secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, de que o ministério "recebeu com certo entusiasmo" a proposta da ABC de criação de um Conselho de Desenvolvimento (veja entrevista na p. 6).

Segundo o documento da Comissão de Reforma Universitária da ABC, a idéia é de que o Conselho de Desenvolvimento seja presidido pelo reitor e com-

posto por representantes altamente qualificados de professores titulares, de professores eméritos, de ex-alunos, das academias e sociedades científicas, das agências e fundações de fomento à pesquisa, da sociedade civil e dos governos estadual e municipal.

Pela proposta da ABC, cabe ao Conselho de Desenvolvimento "criar e manter um Fundo de Desenvolvimento da Universidade por meio de mecanismos de captação de recursos; aprovar o orçamento anual de forma a garantir o alto padrão de ensino, pesquisa e extensão; supervisionar a gestão financeira, os programas de auxílio ao estudante, e o repasse de percentuais de projetos e de taxas de serviço das Fundações Universitárias para a Universidade; aprovar planos de captação financeira e de gestão patrimonial a cada ano; aprovar um Plano Plurianual de Desenvolvimento Institucional da Universidade, a ser revisado anualmente com base nos resultados alcançados; e apresentar anualmente à sociedade os resultados e as realizações da Universidade, nos seus vários segmentos de atividade". (JMF)

Debates sobre reforma universitária se alastram - Atendendo ao pedido da Andifes, o MEC prorrogou até o final de março o prazo para receber propostas a seu anteprojeto de reforma do ensino superior. Leia nesta edição o documento da Andifes e os artigos de Rogério Meneghini, Daltro José Nunes e Lúcio Flávio Moreira, todos sobre a reforma.

E AGORA, COMO FICARÁ A REFORMA UNIVERSITÁRIA ?



"Papel da pesquisa como atividade intrínseca nas Universidades deve ser mais bem explicitado"

É o que diz Fernando Haddad, secretário-executivo do MEC, em entrevista exclusiva ao *JC*. Ele responde a questões de grande interesse da comunidade científica sobre o anteprojeto do MEC de Reforma da Educação Superior, lançado ao debate em dezembro. E frisa que o MEC busca entendimento com as entidades científicas e educacionais no tema da autonomia. (Leia na p. 6)

Goiás pode ganhar sua Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapego)

A regional SBPC/Goiás inicia suas ações deste ano em 10/3 com a abertura de fórum permanente para discutir a C&T no estado. A expectativa é de que no evento seja anunciada pela secretária estadual de C&T, Raquel Teixeira, a criação da FAP de Goiás.

O lançamento do Fórum de C&T no Cerrado, da SBPC, faz parte do projeto "A Ciência em Goiás e suas Contribuições para o Brasil do Século XXI", iniciado durante a Semana Nacional de C&T, em outubro de 2004, na cidade de Goiânia. De acordo com o secretário regional da SBPC em Goiás, Reginaldo Ferreira, o objetivo do projeto é propiciar um melhor entendimento sobre a realidade local e brasileira e criar mecanismos eficientes de descentralização do conhecimento que possibilitem o desenvolvimento sustentável e a distribuição da riqueza gerada.

A solenidade de abertura do Fórum acontece às 8h, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFG, com a participação do presidente da SBPC, Ennio Candotti. O jornalista especializado em meio ambiente, Washington Novaes; o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, Aldo Silva Arantes; a secretária de C&T de Goiás, Raquel Teixeira; o presidente da Adufg, Fernando Pereira, e outros representantes do MCT, CNPq, Capes, Finep e SBPC vão discutir temas como Cerrado, financiamento à pesquisa, agronegócio e educação.

Acessar o "Jornal da Ciência" via Internet ou receber pelo correio?

Estamos prontos para dar acesso ao *JC* impresso pela Internet em formato <pdf>. Assim, o sócio da SBPC ou o assinante poderá lê-lo no mesmo dia do fechamento. Mas não vamos decidir nada sem saber o que você prefere. Faça sua escolha e nos informe por e-mail ou correio:

[] Prefiro continuar recebendo o *JC* impresso pelo correio.

[] Prefiro ter acesso ao *JC* impresso pela Internet, arquivá-lo no meu computador e/ou tirar cópia dele na minha impressora.

Agora você tem até 11 de março para responder pelo <ciencia@alternex.com.br> ou para o *Jornal da Ciência/SBPC*, av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22290-140.

Roland Corbisier

Filósofo, nascido em SP, faleceu aos 90 anos, em 10/2, no RJ, após lutar por dois anos contra o Mal de Parkinson. Foi um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), do qual foi o primeiro diretor, e do Instituto Brasileiro de Filosofia. Formou-se, em 36, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, RJ. Curso também a Faculdade de Filosofia de São Bento e a Faculdade de Filosofia do Estado. Além de se projetar como filósofo, dedicou-se à vida pública. Eleger-se deputado constituinte do novo Estado da Guanabara. Era deputado federal e apoiava o Governo, quando instaurou-se o regime militar, em abril de 64. Foi afastado da cadeira de Filosofia no ensino secundário e normal do RJ. Nos anos 60 fundou o Centro de Estudos Brasileiros e ministrou cursos de Filosofia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Publicou muitos livros, entre eles *Consciência e Nação* (1950); *Responsabilidade das Elites* (1956); *Formação e Problema da Cultura Brasileira* (1958); *Enciclopédia Filosófica* (1974); e *Os Intelectuais e a Revolução* (1980).

Revista da Capes recebe seu artigo até 20 de março

A **RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação** está recebendo artigos inéditos para seu nº 3. Envie seu texto pelo e-mail <rbpg.ced@capes.gov.br>

O editor Fernando Spagnolo lembra que o objetivo da revista é divulgar estudos, experiências e debates sobre a pós-graduação: sua situação, desafios, políticas e programas.

Ele explica que não serão aceitas matérias sobre outros temas, ainda que em nível de mestrado ou doutorado. E deixa bem claro: "Os artigos enviados fora dos padrões estabelecidos pelas normas editoriais não serão submetidos à análise do Comitê Científico. Os autores serão informados sobre o recebimento e a adequação para a RBPG dos trabalhos enviados".

As informações sobre as normas editoriais e o regulamento da RBPG estão no site <www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/RBPG.htm> (Fátima Schenini, da Coordenação de Comunicação da Capes)

Fapemig lança edital da bolsa de incentivo à pesquisa em C&T

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) lançou, em 16/2, o Edital da Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, para pesquisadores de instituições públicas do estado — "conquista há muito esperada".

O edital é destinado ao servidor público estadual que exerça atividades científicas em Universidades, Institutos, empresas públicas ou Centros de Pesquisas de Minas Gerais.

Para concorrer a essa bolsa o pesquisador deve ter um projeto de pesquisa previamente aprovado na Fapemig e enviar sua proposta de atuação vinculada a esse projeto. Isso significa informar a relevância de sua atuação no projeto de pesquisa.

O edital envolve, ao todo, R\$ 2 milhões, distribuídos entre bolsas de mestrado e de doutorado.

As de mestrado serão divididas em três faixas que variam de R\$ 600,00 a 800,00; e as de doutorado, também divididas em três faixas, variam de R\$ 1 mil a 1,2 mil.

O valor da bolsa não será agregado ao salário do servidor. A bolsa será concedida por tempo determinado, com direito à renovação, dependendo do desempenho do pesquisador.

Para o presidente da Fapemig, Geraldo de Freitas Drumond, "este tipo de bolsa é extremamente importante para os pesquisadores, pois estimula sua fixação em MG e amplia as pesquisas já realizadas, promovendo o desenvolvimento do estado".

Pesquisadores mineiros reivindicam esta bolsa há cerca de dois anos. Mas os impedimen-



tos legais para sua implementação só agora foram removidos. Em 2004, a ideia foi levada pela diretoria da Fapemig ao governador Aécio Neves, que reconheceu a importância da demanda.

Em 3/1, o governador sancionou a Lei nº 15433, que cria a bolsa de incentivo à P&D tecnológico para pesquisadores de instituições públicas mineiras.

A presidente da Fundação Hemominas, Anna Bárbara Proietti, afirma: "Nossa fundação tem, na área de pesquisa, a meta de ampliar seu quadro de mestres e doutores. As bolsas de pesquisa da Fapemig são grande incentivo à prática da ciência nas instituições e estímulo a que as pessoas busquem, cada vez mais, a qualificação em pesquisa e na produção de conhecimento". (Assessoria de Comunicação Social/Fapemig)

Eleição na Unicamp: três na disputa

Marcado para os dias 16 e 17 de março o primeiro turno da consulta à comunidade acadêmica para escolha do sucessor de Carlos Henrique Brito Cruz à frente da reitoria da Unicamp.

Três professores titulares apresentaram-se em 4/2 como candidatos: Antonio Celso Arruda, da Faculdade de Engenharia Mecânica; Edson Moschim, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação; e José Tadeu Jorge, da Faculdade de Engenharia Agrícola. É a primeira vez que apenas engenheiros disputam a reitoria da Unicamp.

Tadeu Jorge é o atual vice-reitor. Arruda já foi diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica. Moschim atua no Depto. de Semicondutores, Instrumentos e Fotônica da FEEC.

O primeiro turno da consulta à comunidade será realizado nos dias 16 e 17/3. O segundo turno está previsto para 30 e 31/3.

A posse acontecerá em abril. A comissão organizadora da consulta é presidida por Archimedes Perez Filho, diretor do Instituto de Geociências. A definição do calendário eleitoral para 2005 deve-se à escolha, pelo governador Geraldo Alckmin, do nome do reitor Brito Cruz — cujo mandato se estenderia até abril de 2006 — para a diretoria científica da Fapesp. (*Jornal da Unicamp*, nº 277)

Atenção, bolsista da Capes

Mudando de endereço, informe a Capes para receber seu jornal.

ASSOCIADO DA SBPC:

Comunique sua mudança de endereço pelo e-mail tereza.maria@sbpcnet.org.br

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Caetano Ernesto Pereira de Araujo, Crodowaldo Pavan, Ennio Candotti, Fernando Claudio Zawislak, Reinaldo Guimarães, Roberto Romano e José Monserrat Filho (coordenador)

Editor: José Monserrat Filho

Equipe de Redação: Carla Almeida, Luís Henrique Amorim e Daniela Oliveira

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Gerente: Yedda M. Marcanth

Redação e Publicidade: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro. Fone: (21) 2295-5284.

Fone/fax: (21) 2295-6198. E-mail:

<jciencia@alternex.com.br>

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

SEJA NOSSO ASSINANTE

Jornal da Ciência

24 números: R\$ 85,00 ou grátis para associados quites.

Fone: (21) 2295-5284.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 84,00 ou R\$ 67,20 para associados quites. Fone: 0800-727-8999.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 60,00 ou R\$ 48,00 para associados quites. Fone: 0800-727-8999.

Ciência e Cultura

Vendas e assinaturas. Fone: (11) 6099-9421 / 6099-9626.

Seja associado da SBPC - Peça proposta à SBPC Nacional, à rua Maria Antonia, 294/4º andar, CEP 01222-010, São Paulo, SP. Fone: (11) 3259-2766.

Preços das anuidades da SBPC, a partir de 8 de dezembro de 2004:

- R\$ 100: professores universitários e profissionais diversos;
- R\$ 50: estudantes de graduação e de pós-graduação; professor de ensino médio e fundamental; e membro de Sociiedades Científicas Associadas à SBPC;

Receba o JC e-mail

Edições diárias. Inscreva-se no site <www.sbpcnet.org.br>. Entre na área JC e-mail e escreva seu nome e e-mail nos campos apropriados.

Conheça Com Ciência

Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da SBPC - Labjor. Visite o site: <www.comciencia.br>

Pesquisa mergulha na costa amazônica

O IV Workshop do Projeto Piatam mar — Potenciais Impactos Ambientais do Transporte de Petróleo e Derivados na Zona Costeira Amazônica — reuniu em Salinópolis, Pará, em 18/2, mais de 80 pesquisadores de 10 instituições do Pará, Amapá, Maranhão e RJ.

Estiveram presentes os membros do comitê científico do projeto: Nelson Favilla (Coppe/UFRJ), Paulo Lana (UFPR), Alberto Figueiredo (UFF), Waldir Paradelo (Inpe), Edna Castro (NAEA/UFPA) e Ennio Candotti, presidente da SBPC.

Iniciado em 2004, o Piatam mar é demanda tecnológica da Petrobras. Busca entender como um todo o ambiente amazônico, investindo no desenvolvimento de ferramentas e processos tecnológicos para subsidiar o monitoramento e a gestão ambiental na Amazônia Oriental.

Seu principal objetivo científico é organizar um sistema de informação geográfica, com banco de dados sócio-ambiental associado contendo toda a informação até então dispersa sobre a Zona Costeira Amazônica, que tem 1.100 km de extensão.

Ele consolida uma rede de pesquisadores no Amapá, Pará e Maranhão, estados situados no litoral amazônico, voltada para os estudos costeiros.

O projeto já investiu no Laboratório de Análise de Imagens do Trópico Úmido (Lait/UFPA) e na Estação de Observação de Aves Migratórias (UFMA), onde se formam profissionais qualificados para atuar na Amazônia, e até gerenciar recursos naturais.

A 1ª fase do Piatam mar encerra em março, quando será apresentado o primeiro mapa de sensibilidade ambiental ao derramamento de óleo, focalizando o NE do Pará. Os dados consolidados pela rede já foram úteis à Petrobras, que há pouco desenrolou com rapidez um navio na foz do Amazonas.

A Petrobras patrocina o projeto e é parceira em projetos de gestão ambiental na Amazônia.

Também participam do projeto: Coppe/UFRJ, Museu Goeldi, Instituto Evandro Chagas, Ufram, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá, UFMA, Uema e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia/Centro Regional de Vigilância de Belém — que no futuro deve gerenciar o banco de dados do Piatam mar.

Em maio, o projeto estará lançando os livros "Bibliografia da Zona Costeira Amazônica" e "Zona Costeira Amazônica: do Conhecimento à Gestão".

57ª Reunião da SBPC: avançam a infra-estrutura e a programação

Fortaleza se prepara para sediar o encontro entre 17 e 22 de julho, no campus da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

O coordenador-geral da organização da 57ª Reunião Anual da SBPC, Jackson Sampaio, disse, em 14/2, que a Universidade Estadual do Ceará (Uece) tem avançado bastante na infra-estrutura para sediar o evento.

Segundo ele, já foi resolvida a questão de colocar à disposição do evento 10 salas de 100 a 150 lugares, e 80 salas de 40 a 50 lugares. Todas as salas serão liberadas para a SBPC no período de 17 a 22 de julho.

O problema maior da Uece, assinalou ele, "de algum modo está resolvido": é dispor de quatro grandes auditórios de 400 lugares, conforme o pedido feito pela direção da SBPC. O auditório central da Uece, de 350 lugares, está sendo ampliado, até março, com mezanino que lhe acrescentará 100 cadeiras.

O prédio do Mestrado em Geografia, que ainda está sendo construído, vai apressar a entrega do pavimento térreo com espaço para 400 lugares. Também o prédio em construção da Reitoria vai fundir um auditório de 200 lugares com duas salas para poder receber 450 pessoas. Há projeto de um galpão de 1.200 m² que comportará 1.000 cadeiras de plástico, informou Fábio Perdigão, da comissão científica local da Reunião.

Na primeira reunião da comissão científica local do evento, Sampaio lembrou que até 8/4 deverão estar concluídas as sugestões de pauta a serem levadas à comissão científica nacional. A programação para inscrições de trabalhos científicos, por sua vez, tem prazo até 31/3.

A comissão científica local é formada por Armênio Aguiar dos Santos, secretário regional da SBPC/CE e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fábio Perdigão Vasconcelos, da

Uece, e por mais quatro professores da Uece, três da UFC e dois da Unifor. Participaram da primeira reunião os quatro indicados pela Uece e dois da UFC.

Armênio Aguiar dos Santos informou que a comissão local ainda vai esmiuçar os temas do Mar, Sertão e Ciência e Desenvolvimento Sustentável, mas já foram levantados como assuntos da pauta a Transgenia, Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores de Áreas Agrícolas, Sustentabilidade da Ovinocaprinocultura no Semi-Árido, Ciência e Justiça Social, Ética e Ciência, Gerenciamento de Recursos Hídricos e Transposição do Rio São Francisco.

Fábio Perdigão informou que a Reunião deve ter cerca de 40 conferências, 70 seminários e 70 minicursos, que poderão ser organizados por módulos.

Para Armênio Aguiar, a grande discussão enfocará a ciência e a tecnologia no Brasil. "Por que no Brasil não há uma Embraer do mar com um setor pensante?", questionou o secretário regional ao argumentar sobre a necessidade de discutir na Reunião Anual a importância do conhecimento sobre o mar.

Reforma - A Sociedade Brasileira de Física vai promover, na Reunião Anual da SBPC, um simpósio sobre a reforma universitária. Os expositores serão Carlos Henrique de Brito Cruz, atual reitor da Unicamp e diretor científico eleito da Fapesp, e Ronaldo Mota, secretário-executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE) e membro do grupo executivo da Reforma da Educação Superior do MEC. O coordenador será Celso P. Melo, pesquisador do Depto. de Física da UFPE. A data programada é 18/7, das 10:45h às 12:45h.

Processo eleitoral à vista na SBPC

Comissão eleitoral já prepara calendário para a eleição de 2005.

O primeiro encontro da comissão eleitoral, designada pela Diretoria da SBPC em 15/12, estava marcada para 24/2. Ela é constituída pelos conselheiros Walter Colli (Química/USP), presidente; Alzira Abreu (Sociologia/FGV), Amélia Império Hamburger (Física/USP), Antonio Flávio Pierucci (Sociologia/USP) e Miguel Pedro Guerra (Fitotecnia/UFSC) e pelos sócios Luiz Edmundo de Magalhães (Biologia/USP), Nanuza Luiza de Menezes (Botânica/USP) e Pau-

lo Cordaro (Matemática/USP).

É responsabilidade da comissão coordenar a realização da eleição dos membros da diretoria para o biênio 2005-2007 e de parte do conselho para o quadriênio 2005-2009.

Pelos Estatutos e Regimentos da SBPC, a Comissão deve: a) estabelecer o calendário do processo eleitoral; b) elaborar normas para a realização das eleições; c) acompanhar a realização das eleições; d) apurar o resultado das eleições.

Poucas & Boas

Procura-se - A soma de R\$ 22 milhões que sumiu do orçamento de 2005. Foi vista pela última vez no projeto de orçamento, ali colocada pelo próprio relator, senador Romero Jucá, com a garantia de que ficaria na lei de orçamento. Desapareceu no caminho do projeto à lei. Vinha melhorar a vida do CNPq, onde era ansiosamente aguardada. Vai fazer muita falta. Quem souber de seu paradeiro informe com urgência. O CNPq, inconsolável, agradece.

Dúvida de Einstein - "Apenas duas coisas são infinitas, o universo e a burrice humana, e eu não tenho certeza sobre a primeira."

Albert Einstein (1879-1955).

Nosso Bush? - "Trata-se de pessoa com posição muito clara e radical, fundamentalista. É meio equivalente ao [George W.] Bush, nos EUA."

Lygia da Veiga Pereira, geneticista da USP, sobre o novo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (O Globo, 18/2)

Soldados robôs - "Eles não ficam com fome. Não têm medo. Não esquecem as ordens recebidas. Não se importam com o cara que foi morto perto deles."

Gordon Johnson, do Comando das Forças Armadas do Pentágono (The New York Times, 16/2)

Levanta-te e anda - "Meu grande sonho é que o primeiro ser humano a andar de novo seja um brasileiro. Quero fazer história no Brasil."

Miguel Nicoletis, neurocientista brasileiro da Universidade de Duke, EUA; já fez um macaco mover um braço mecânico com a força do pensamento; agora quer criar uma roupa robótica para paraplegicos no Hospital Albert Einstein, SP (O Estado de SP, 15/2)

Gente que sabe - O Grupo de Trabalho sobre Indicadores de C&T do Conselho Nacional de C&T (CCT) descobriu, com dados do Banco Central, que o país movimentava nada menos de US\$ 5 bilhões na compra e venda de tecnologia — 3 bi de compras e 2 bi de vendas. Mesmo que haja maquiagens, isso significa que o Brasil tem um senhor mercado de trabalho de alta competência. Será que estamos aproveitando bem tamanha riqueza? Sei, não.

Cuidado! - "Meias-verdades são as mais espertas mentiras."

Rudolf Rolf (1920-2004), teatrorólogo alemão.

Pão fresco sempre há - "Nunca desista de seu sonho. Se acabou numa padaria, procure em outra."

Apparicio Torelly (1895-1971), o indefectível Barão de Itararé, escritor e humorista brasileiro.

Souo o gongo da luta em torno da reforma universitária. Uma Santa Aliança entre as instituições privadas já foi constituída e não há a mínima vacilação ou desentendimento entre elas. Rezam afinadas a mesma cartilha e estão umbilicalmente unidas em prol de um objetivo: jogar no lixo a proposta de reforma universitária do MEC.

Enquanto algumas entidades do meio acadêmico – historicamente comprometidas com a reforma universitária e com muitos dos pontos contemplados no anteprojeto apresentado pelo MEC – se perdem em discussões superficiais, fugindo do foco e primando a perfumaria, os representantes das instituições de ensino particular não titubeiam e centram o combate em toda a proposta do MEC, da primeira à última letra, tachando-a de inoportuna, desnecessária e irrelevante.

Conhecidos do público como os tubarões do ensino – em decorrência da fome desenfreada pelo lucro – os empresários da educação agora chamam a atenção por uma outra grande semelhança com esses elasmobrânquios pleurotremados dos mares: a sagacidade no ataque.

Atacam a proposta de reforma universitária do MEC com uma virulência inaudita principalmente no que consideram de intervenção do Estado na livre iniciativa.

Educação não é mercadorial! Embora o ensino particular

Pós-graduandos defendem exigência do MEC para as particulares

Luciano Rezende Moreira *

A Associação Nacional de Pós-Graduandos sempre defendeu a regulamentação do ensino privado. Agora, quando o MEC manifesta a intenção de avaliar mais criteriosamente essas instituições devemos apoiar a iniciativa e lutar pela sua consecução.

tenha cumprido importante papel complementar à educação pública, hoje, a grande maioria quer funcionar como qualquer outra empresa sob a égide do capitalismo. A autonomia (ou soberania) que defendem é apenas a do deus-mercado.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) – e tantas outras entidades democráticas do campo da educação – sempre defendeu a regulamentação do ensino privado. Agora, quando o MEC manifesta a intenção de avaliar mais criteriosamente essas instituições devemos apoiar a iniciativa e lutar pela sua consecução.

Não tem moral para falar de intervenção quem sempre interveio contra a liberdade e a organização democrática dos estudantes, impedindo, através de vários expedientes, a criação de Diretório Central dos Estudantes, Centros ou Diretórios Acadêmicos autônomos nas suas faculdades. Quem persegue líderes estudantis, expulsa alunos inadimplentes e abafa a ma-



nifestação democrática dos estudantes mostra a contradição inequívoca entre o discurso oco e a verdadeira prática autoritária.

São vários os pontos elencados como nocivos pelo Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação em relação ao anteprojeto, mas em particular o que diz respeito à exigência de contratação de 50% do corpo docente com titulação de mestres ou doutores chama a atenção especial dos pós-graduandos.

Mesmo com a exigência atual sendo de apenas 30%, podemos contar nos dedos as institui-

ções particulares com fins lucrativos que não usam da prestidigitação para burlar essa norma. Isso para não externarmos sobre a esdrúxula manobra de se contratar horistas mestres e doutores para cumprir com essa "obrigação".

Essa proposta específica do MEC encontra apoio irrestrito no movimento nacional de pós-graduandos, através das várias Associações de Pós-Graduandos (APGs) espalhadas por todos os quadrantes do país, principalmente quando é finalizado o Plano Nacional de Pós-Graduação, que aponta para a necessidade do país dobrar o número de doutores até o ano de 2010.

Os egressos da pós-graduação precisam ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

Juntou a fome com a vontade de comer. De um lado as faculdades privadas que tanto defendem a meritocracia e que precisam melhorar a titulação de seu corpo docente, do outro, milhares de pós-graduandos ávidos por trabalho e de contribuir com o desenvolvimento do país. Talvez assim, mais a obrigatoriedade de terem pelo menos três cursos de mestrado e um de doutorado, muitas faculdades deixem de fazer pesquisa de mentirinha.

E-chegada a hora de as entidades históricas do campo da educação (UNE, ANPG, UBES, Fasubra, SBPC, entre outras), unirem forças para que a proposta apresentada pelo MEC não retroceda.

A educação privada no país, ao adquirir poder econômico, conquistou também força política e já anunciam publicamente que irão intensificar o lobby junto aos parlamentares para derubar o projeto.

Mesmo a atual diretoria do Andes – que manifesta abertamente o desafeto pessoal pelo ministro Tarso Genro – deveria fazer uma releitura da história da entidade e principalmente das suas bandeiras históricas para constatar que a maioria dos pontos contemplados no anteprojeto vão ao encontro das resoluções aprovadas de vários congressos, notoriamente os que dizem respeito a autonomia, financiamento e gestão democrática.

Essa luta pode não ter sequer segundo round.

Se a comunidade universitária vacilar correrá o risco de levar uma outra porrada e perder o trem da história por conta de questões menores.

Não é hora de disputas pessoais ou demarcação de espaço político. O coletivo deve prevalecer e a universidade popular e cidadã sobrelevar.

* Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

R\$ 843 milhões dos fundos setoriais serão retidos na reserva de contingência, em 2005

Isto é perto de 54% da receita prevista pelos 15 fundos setoriais, de R\$ 1.565.058.860,00 (ver tabela abaixo). Deste total, a Finep poderá contar com quase R\$ 722 milhões – cerca de 46%. Ainda assim, ela terá em 2005

um bom aumento de recursos: o dinheiro dos fundos pulou de R\$ 621 milhões para 721 milhões, aumento de 16%. E o do FNDCT, com outras ações, passou de R\$ 35.541.937,00 para 40 milhões, aumento de cerca de 11% a mais.

Nesta base a Finep enfrenta em 2005 as seguintes metas:

- Inovação nas empresas, destacando-se o Proinovação, de financiamento reembolsável à inovação nas empresas, o Juro Zero, voltado para micro e pequenas empresas com encargos e garantias reduzidas, e o Pape, que financia diretamente pesquisadores atuantes em empresas de base tecnológica.

- fortalecimento da capacitação das ICTs, com agregação crescente de recursos para a modernização de infra-estrutura laboratorial, recursos humanos e processo de gestão;

- programas de apoio à interação entre empresas e ICTs, salientando-se o Procoop, de apoio financeiro não-reembolsável a projetos conjuntos de P&D; o programa de apoio a APLs; além de um novo programa de atendimento a necessidades tecnológicas de empresas de pequeno porte, que está em formulação; e

- apoio ao desenvolvimento social, destacando-se programas de habitação, saneamento, saúde, meio ambiente e inclusão digital.

Fundos Setoriais	Orçamento e Programação 2005			
	Orçamento 2003	Orçamento 2004	Receita Prevista 2005	Proposta 2005
CT BIOTECNOLOGIA	15.000.000	13.000.000	30.000.000	30.000.428
CT AMAZÔNIA		10.000.000	20.674.000	20.642.728
CT ESPACIAL		1.050.000	1.920.000	1.880.000
CT AGRONEGÓCIO	30.000.000	26.000.000	70.000.000	31.200.000
CT HIDRO	20.000.000	17.000.000	42.160.000	42.160.000
CT AERONÁUTICO	15.000.000	12.000.000	30.000.000	15.000.000
CT INFRA	120.000.000	134.828.063	308.876.972	145.038.363
CT SAÚDE	30.000.000	27.000.000	70.000.000	31.200.000
CT PETRO	91.040.000	75.040.000	633.440.000	87.086.912
CT VERDE AMARELO	216.000.000	186.000.000	200.000.000	199.999.569
CT ENERG	89.630.000	73.620.000	100.000.000	75.000.000
CT MINERAL	5.000.000	5.000.000	6.320.000	6.352.109
CT TRANSPORTE	2.370.000	2.370.000	207.088	207.088
CT INFO	25.000.000	19.000.000	31.540.800	31.540.800
CT AQUAVIÁRIO			19.920.000	4.591.999
SUBTOTAL	659.040.000	601.908.063	1.565.058.860	721.899.996
FNDCT e Outras Ações	65.277.000	35.541.937		40.000.000
TOTAL	724.317.000	637.450.000		761.899.996

Fonte: Finep

em Reais

É exigência legal que a Universidade contemple cursos de pós-graduação (PG) para receber este nome e não o de mero conjunto de faculdades.

Para o seu cumprimento, ela tem que contratar doutores, pois apenas essa titulação habilita o professor a orientar alunos de PG. Por outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que um terço do corpo docente das Universidades deve possuir mestrado ou doutorado.

As Universidades particulares obedecem a este quesito, mas o fazem, em sua maioria, dando preferência à contratação de mestres, visando economizar, visto que no mercado de trabalho um doutor deve ser mais bem remunerado.

A situação tende a ser o inverso nas Universidades públicas, onde se concentram os cursos de PG. Nestas, predominam os doutores. Muitos setores acadêmicos, governamentais e da mídia condenam este procedimento das Universidades particulares.

Procurando ser realista, qual o fundamento dessa crítica?

A diferença básica de um mestre e um doutor é que este último deve ter um preparo intelectual e, em muitos setores do conhecimento, preparo técnico, que o permita propor e conduzir projetos de pesquisa. Um mestre tem a oportunidade, durante sua formação, de participar de um projeto de pesquisa; consegue aprender seus fundamentos e a teoria que o embasa, mas seu preparo não é suficiente para que possa liderar a condução de um projeto exigido para a realização de PG.

As Universidades brasileiras formam cerca de 7.000 doutores por ano. Em sua maior parte os cursos de PG de Universidades públicas são responsáveis por esta formação. A maioria dos egressos encontra emprego em Universidades. Mas um número significativo deles prescinde de condições de exercer em sua plenitude as funções para as quais foram formados, mesmo em algumas Universidades públicas.

As razões maiores são deficiência de investimento em infraestrutura, falta de massa crítica para a necessária interação proficua e sobrecarga didática.

Tem-se, assim, um contingente de doutores frustrados, improdutivos cientificamente e com potencial inaproveitado. Ao contrário do que se pensa, este é um problema bem maior do que a falta de absorção dos doutores pelas Universidades. Neste contexto, clamar pelo aumento de doutores em Universidades particulares, onde as dificuldades citadas são mais críticas, é irrealista e dificulta a estruturação adequada de uma política para a solução de um problema da maior enver-

Mais doutores para as particulares?

Rogério Meneghini *

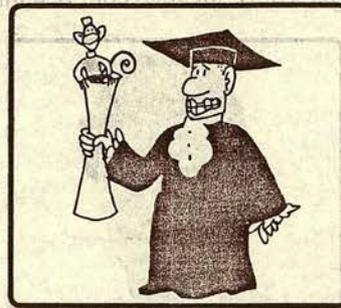
O MEC deveria rever numerosas concessões feitas às entidades privadas de ensino superior que funcionam precariamente, desclassificando-as da condição de Universidade.

gadura do ensino superior brasileiro: encontrar caminhos para que essas entidades de ensino superior exerçam um papel positivo na formação de recursos humanos de qualidade.

A concessão da condição de Universidade a entidades de ensino superior se deu, ao longo dos anos, de maneira descuidada, para dizer o mínimo. Para constatar essa afirmação basta acompanhar os processos de avaliação, no que se refere aos resultados dos exames prestados pelos alunos dos cursos.

Baseando-se nas definições legais (Decreto 3.860), a condição de Centro Universitário, ao invés de Universidade, permitiria encaminhar uma política mais racional para a solução desse problema, ao mesmo tempo em que concedendo certa autonomia para que se pudessem criar cursos. No caso de Centro Universitário não é legalmente exigida a contemplação de trabalhos de pesquisa (leia-se PG) e extensão.

A importância dessa política reside numa constatação que não pode ser ignorada. A busca por formação em cursos de nível superior cresce continuamente e a Universidade pública não pode dar conta dessa demanda sob pena de prejudicar outros setores da sociedade que também requerem recursos públicos. É o próprio presidente quem o diz. Há dois focos distintos para a estruturação dessa política. O primeiro é criar condições econômi-



cas para que o grande contingente de estudantes que busca a Universidade particular possa arcar com as despesas decorrentes.

Um bom começo são as mudanças preconizadas pelo MEC para fazer com que um percentual das vagas ociosas das Universidades particulares sejam preenchidas gratuitamente (concessão de bolsas) por estudantes de camadas menos favorecidas.

Certamente, mais importante do que isso é fazer com que as escolas públicas melhorem de qualidade, aumentando em muito as possibilidades desses estudantes ingressarem na Universidade pública. Isso por si requer grandes reformas estruturais, mas diminuiria a busca pela Universidade particular por quem tem dificuldade de pagá-las.

Os pontos acima têm merecido discussão ampla, mas o foco principal dessas linhas é outro, o da qualidade dos cursos oferecidos pela Universidade privada.

Já foi mencionado acima quanto precário está o atendimento deste quesito. Uma ferramenta im-

portante é o processo de avaliação das Universidades. Iniciado no governo passado, tem tido continuidade, deve ser aprimorado, mas deve, acima de tudo, ter conseqüências, o que é mais difícil do que executá-lo de maneira tecnicamente satisfatória.

O MEC pode se mirar para isso numa entidade de seu próprio organograma: a Capes, que teve papel fundamental no desenvolvimento de C&T no Brasil nas últimas três décadas, norteando o desenvolvimento da PG e a formação de cientistas e tecnólogos. Introdutora do processo de avaliação dos cursos de PG, com poder de distribuir recursos a eles em função de seus desempenhos, pode exercer uma política de estímulo à excelência e de abertura ao conhecimento público dos níveis desses cursos. A Capes tem usado esse procedimento para tomar decisões importantes que não descartam a possibilidade de penalizar cursos que se mostram inaptos. O MEC deveria rever numerosas concessões feitas a entidades privadas de ensino superior que funcionam precariamente, desclassificando-as da condição de Universidade.

Elas seriam transformadas em Centros Universitários, e se daria prioridade a esta mesma classificação em relação às novas concessões.

Dar um prazo para que formalizem a extinção dos cursos de PG das Universidades descredenciadas, porque nem mesmo em nível de graduação têm elas atuado de forma minimamente satisfatória.

Liberá-las da contratação de doutores frustrados e estimulá-las a contratar mestres devotados ao ensino e com formação dirigida para essa atividade nas várias áreas do conhecimento.

Neste contexto, não se limitar ao mínimo de um terço preconizado legalmente.

Estes centros funcionariam semelhante aos colegas americanos, que não contemplam pesquisa ou PG, mas graduam jovens de forma exemplar para ingressar em cursos de PG em Universidades de fato.

Por último, não deixar de estimular Universidades privadas que têm funcionado de maneira satisfatória em pesquisa e PG e cujos nomes são bem conhecidos. Nestas, sim, é importante criar mecanismos de estímulo para contratação de doutores.

* Coordenador de pesquisa do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Foi presidente da Comissão de Avaliação dos Departamentos da USP de 1992 a 1997.

Reforma universitária: mais tempo para debates e envio de propostas

O ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou, em 16/2, a prorrogação do prazo para entrega de sugestões ao anteprojeto de Reforma da Educação Superior. A nova data poderá ser 30/3.

A decisão atende pedido da Andifes. Em reunião de seu Conselho Pleno, no dia 15, em Belo Horizonte, a entidade pediu o estabelecimento de nova data para que o texto receba propostas de aperfeiçoamento.

"Decidimos estender o prazo até o final de março, provavelmente dia 30, em função de a busca pela participação no amplo debate sobre a reforma universitária estar aumentando muito. Além da Andifes, há outras entidades que estão solicitando a prorrogação do prazo. Entendemos que essa solicita-

ção é pertinente", salientou Tarso.

De acordo com a presidente da Andifes, Ana Lúcia Almeida Gazzola, há questões essenciais no anteprojeto que precisam ser mais bem discutidas.

O presidente da SBPC, Ennio Candotti, disse que a entidade está de pleno acordo com a proposta de ampliação do período de debates para apresentação de propostas ao texto original do MEC. Ele entende que há questões de singular relevância que precisam ser esclarecidas para que o projeto ganhe em qualidade e apoio efetivo.

Na sua avaliação, a missão básica da Universidade é formar recursos humanos altamente qualificados e avançar na conquista do conhecimento através de pesquisas científicas e tecnológicas do mais elevado nível, em benefício do desenvolvimento do país?

- Segundo nossa Constituição, o que caracteriza a Universidade e lhe garante autonomia é a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. A legislação infraconstitucional, contudo, é vaga em relação a este princípio. Os conceitos de instituição pluridisciplinar ou de produção intelectual institucionalizada, por exemplo, são flexíveis demais para permitir ao gestor público conceder ou não autonomia a uma instituição. Esta é a razão de a versão preliminar do anteprojeto do MEC de Reforma do Ensino Superior pretender fixar em lei uma tipologia clara do que seja uma Universidade, o que, no caso da pesquisa, implicaria a existência de pós-graduação em sentido estrito. Entendemos que "pesquisas científicas e tecnológicas do mais elevado nível" devem ser preponderantemente levadas à frente mediante programas estruturados de pós-graduação. Garantir a tipologia das instituições é, portanto, um aspecto de qualidade da versão preliminar do anteprojeto. Entendemos que numa nova versão deve ser mais bem explicitado o papel da pesquisa como atividade intrínseca nas Universidades, além daquelas decorrentes das exigências que já constam sobre a pós-graduação.

Como encara a visão de que a Universidade no Brasil deve buscar os melhores padrões mundiais de qualidade e de mérito em seu funcionamento cotidiano?

- Entendo que uma parte das Universidades brasileiras tem dado demonstrações claras de produção científica e qualidade de ensino de nível internacional. Nosso problema é que elas são minoria, com uma participação significativa das instituições ainda com enorme carência na produção científica e com reflexos negativos na formação de recursos humanos qualificados.

Se as Ijes puderem contar com um orçamento regular, gerido nos moldes da orçamentação global, com reposição adequada do corpo docente e técnico-administrativo, como condição básica entre outros elementos, entendo que elas poderão explorar sua enorme potencialidade, produzindo mais ciência e formando seus estudantes com ainda mais qualidade. Universidades privadas, ao investir na criação e consolidação de seus programas de pós-graduação, estarão estabelecendo padrões apropriados, compatíveis com o cenário internacional. Chamo a atenção, no caso específico das federais, que medidas já toma-

"Papel da pesquisa como atividade intrínseca nas Universidades deve ser mais bem explicitado"

Afirma Fernando Haddad, secretário-executivo do MEC, nesta entrevista exclusiva ao *JC* sobre questões de especial interesse da comunidade científica com relação ao anteprojeto do MEC para a Reforma da Educação Superior, lançado ao debate em dezembro. Quanto à autonomia, ele frisa que o MEC deseja chegar a um consenso com as entidades científicas e educacionais.



das representam profunda consonância com a intenção futura do anteprojeto. Neste ano, o aumento de verbas de custeio das Ijes é de 34%, percentual nunca atingido no passado. Da mesma forma, teremos autorizado até o final de 2005 quase nove mil contratações de docentes, sendo que no período anterior as autorizações atingiram apenas 2,5 mil. As bolsas Capes e CNPq foram reajustadas em 18%, demanda represada por muito anos.

Como recebe a observação de que, em aceitando-se que "a educação superior atenderá demandas específicas de grupos e organizações sociais", isso poderá significar, na prática, uma porta aberta para o desvirtuamento e a deformação das tarefas fundamentais da Universidade?

- A Universidade deve atender demandas gerais da sociedade, em particular relativo ao que lhe é próprio, seja formar cidadãos qualificados ou produzir ciência de alto nível que possa gerar tecnologia capaz de ajudar a enfrentar nossos problemas sociais e econômicos, e, assim, dar suporte ao enfrentamento de desigualdades sociais e regionais. Isto, de forma alguma, desmerece a ciência pura. Ao contrário, ela é o motor fundamental que permite o fiel cumprimento daquilo que se propõe.

Não me parece que o objetivo "de formação e qualificação de quadros profissionais..., cujas habilitações estejam especificamente direcionadas ao atendimento do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico, regional, ou de demandas específicas de grupos ou organizações sociais...", possa desvirtuar ou deformar as tarefas da Universidade, senão aprimorá-las. Se, contudo, há na redação proposta quaisquer dos riscos apontados, uma alternativa deve ser contemplada.

Como encara a proposta de que se retire do art. 35 do anteprojeto o inciso III, que estabelece obediência ao princípio da "interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho, urbano e rural, orientando a formação de educadores de campo e o desenvolvimento sustentável do campo"?

- Relendo a versão preliminar do anteprojeto, percebo que alguns princípios importantes devem nortear mais a ação do Estado, no que toca à educação superior, do que a ação de uma instituição individualmente considerada. Basta aperfeiçoar a construção da rede de Universidades que vêm dando apoio ao MEC na incidência sobre a qualidade da educação básica. É claro que a formação de educadores voltados para o campo é importante, sobretudo num país que concentra cerca de 20% dos alunos de ensino fundamental em escolas rurais.

Por outro lado, a interação com o mundo do trabalho talvez seja imperiosa nas condições atuais. No Fórum das Estatais em Defesa da Universidade Pública, secretariado pelo reitor Alex Fiúza (UFPA) e presidido pelo ministro José Dirceu, a maior demanda de empresas como Petrobrás, Banco do Brasil ou Correios é a maior integração com as Universidades públicas, na pesquisa e na formação de recursos humanos. Para não falar da Lei de Inovação, aprovada recentemente, que visa aproximar pesquisa e inovação.

Qual sua posição frente à proposta de criação de um Conselho de Desenvolvimento nas Universidades para acompanhar sua evolução, nos moldes do que ocorre em instituições norte-americanas e européias, criando uma interface entre a Universidade e a sociedade?

- O MEC recebeu com certo entusiasmo a proposta da Academia Brasileira de Ciências (ABC) sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento em substituição ao Conselho Comunitário Social. O essencial é a criação dos necessários vasos comunicantes entre sociedade e Universidade.

Numa leitura preliminar, parece que a visão da ABC está bem estruturada, embora não tenhamos recebido formalmente a redação substitutiva. A experiência internacional demons-

tra a pertinência da iniciativa, particularmente em instituições públicas e privadas sem finalidade lucrativa. Lembro que, no Brasil, apenas 15% das matrículas no setor não-estatal realizam-se em instituição formalmente constituídas como empresas educacionais. O restante do nosso alunado encontra-se em instituições que não deveriam distribuir lucros e deveriam aplicar a totalidade das suas receitas no desenvolvimento da própria instituição.

Foi por esta razão que a Constituição lhes concedeu tratamento tributário diferenciado. Infelizmente, nos 16 anos seguintes a sua promulgação, não se criou o marco regulatório adequado, o que o anteprojeto visa reparar.

Como avalia a proposta de que os docentes constituam a maioria nos corpos eleitorais incumbidos de escolher o reitor de cada Universidade federal?

- O anteprojeto prevê que o Conselho Superior tenha predominância docente e delibere sobre a forma de escolha dos dirigentes, que poderá reproduzir ou não aquela predominância, respeitada a autonomia da Universidade. O que acho constrangedor no sistema atual é a existência da lista tríplice.

O compromisso assumido pelo governo é desconsiderar a lista e nomear o primeiro indicado, resistindo a toda sorte de pressão política. Esse compromisso consolidou uma cultura importante no âmbito do Estado que, na nossa visão, fortalece a idéia de autonomia. Reconheço, contudo, que a idéia de predominância docente também na escolha tem uma sólida base de argumentação.

A dúvida é sobre se ela deve constar da lei ou ser deixada a critério de cada instituição.

A seu ver, o projeto de reforma deve ser impositivo em relação às Universidades estaduais, inclusive as que já desfrutam de autonomia?

- Alguns críticos do anteprojeto imaginaram que o Ministério da Educação pretendia interferir nos sistemas estaduais. Posso assegurar que isso jamais passou pela cabeça de alguém. A menção às Universidades estaduais visa apenas conformá-las à tipologia proposta, sem nenhuma outra intenção.

Longe de tentar impor regras, nós, de fato, nos inspiramos na experiência paulista de autonomia para desenhar o modelo federal, com uma diferença importante. Enquanto no sistema paulista a participação de cada instituição na repartição dos recursos subvinculados está pre-determinada, no modelo federal proposto, a subvinculação está garantida para o sistema como um todo, mas a repartição se dá por análise de desempenho

(Continua na página seguinte)

Eis o documento final:

"A versão preliminar do anteprojeto de lei relativo à educação superior no país, a chamada reforma universitária, vem suscitando continuados debates. Isto, por princípio, é positivo e coloca a questão da Universidade na ordem do dia.

A Universidade pública brasileira tem demonstrado, quaisquer que sejam os parâmetros utilizados, sinais inequívocos de qualidade e competência. É no horizonte da história dessa Universidade que cumpre examinar o anteprojeto em causa. Como se trata de uma versão preliminar, a ser submetida a amplo exame, é razoável esperar inúmeras propostas de modificações.

A garantia de maior tempo para examinar e debater a proposta, assumida neste momento pelo MEC, é saudada pela Andifes como conquista que possibilitará maior qualidade nas discussões, envolvendo a comunidade universitária e outros segmentos da sociedade brasileira.

Lembramos, nessa oportunidade, que o governo atual ousa desencadear um processo de amplo debate sobre a educação superior. Ousa não apenas por assumir a responsabilidade que lhe cabe — retomando a educação como parte de uma política de Estado —, mas, igualmente, por envolver a sociedade em

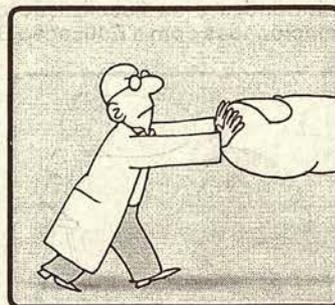
Andifes: autonomia é condição inegociável de qualquer reforma

O Conselho Pleno da Andifes analisou o anteprojeto da Reforma da Educação Superior, em sua reunião de 14 e 15/2, em Belo Horizonte. No documento final, a entidade defende a autonomia, a expansão do sistema público e maior financiamento, além de elogiar o processo de debates sobre o projeto, aberto pelo Governo.

uma discussão na qual todos os atores devem ter voz.

Entendemos que o texto do anteprojeto, ainda que deva ser criticado e aperfeiçoado, ancora-se em princípios que sempre estiveram presentes, de forma efetiva ou como ideais seguidamente proclamados, na história da Universidade pública brasileira. A autonomia, preceito constitucional constante do anteprojeto, é condição prévia e inegociável de qualquer reforma e requisito para que a Universidade pública alcance novos patamares de qualidade.

Da autonomia — seja como liberdade para buscar o conhecimento, seja para definir as melhores estratégias de gestão da instituição — dependem as condições para que a Universidade possa apresentar, de forma mais pronunciada e duradoura, as características que temos defendido: a busca da excelência acadêmica, a relevância social, a vinculação ao desenvolvimento nacio-



nal, a inserção internacional, a sensibilidade para com medidas de inclusão social, a capacidade de inovação e transferência de tecnologias de base física e social e a aposta no humanismo generoso que sempre acompanhou a tradição universitária ocidental.

O crescimento da presença do ensino público superior, previsto no texto, atende aos mais legítimos anseios da sociedade. A pesquisa científica, atividade essencial ao desenvolvimento do país, é feita majoritariamente

em instituições públicas e requer investimentos públicos significativos. O atendimento dessas metas enseja a retomada do financiamento da educação nas bases originais concebidas pelos constituintes e é uma alteração necessária na proposta.

Parece-nos, portanto, que a verificação de pontos específicos neste momento não deve desviar nossa atenção das questões nucleares e dos posicionamentos que cumpre tomar em relação a elas.

A construção de uma legislação referente à educação superior, em substituição à incerteza que sempre caracterizou as relações Governo/Universidade em nosso país, constitui uma oportunidade singular para a criação de um marco regulatório para todo o sistema de educação superior que resulte no fortalecimento do parque universitário nacional e, de modo especial, da Universidade pública brasileira.

No caso dessa última, o anteprojeto se organiza em torno de um eixo que, para nós, constitui uma luta histórica: a expansão do sistema público, com qualidade e inclusão, dentro de uma visão que o reconhece como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, para a construção de um projeto de nação e para a inserção competitiva do Brasil no cenário internacional.

Bem público - Em vista disso, a Andifes concebe a educação como bem público, não podendo estar submetida ao mercado como instância normativa; defende a Educação Superior como política de Estado e o financiamento do sistema federal pela União como garantia de sua manutenção em patamares sempre crescentes de qualidade.

É de se esperar que correntes distintas de pensamento, mesmo externas à instituição universitária e, por vezes, desconhecedoras de sua dinâmica, que defendem concepções diversas de Universidade e de sua relação com a sociedade, participem do debate, propiciado pela forma democrática com que o anteprojeto em exame tem sido apresentado ao país. Cabe a todos o exame das posições conflitantes, a avaliação do que cada uma significa e dos interesses que representa, bem como das consequências daí decorrentes.

E convém não esquecer que, dado o inédito papel do conhecimento nas sociedades contemporâneas, ao discutirmos a Universidade, estaremos, em um mesmo movimento, discutindo o país, seu futuro e sua soberania.

A Andifes continua produzindo suas propostas e realizará seminários e debates em conjunto com outras entidades e instituições públicas ou privadas que possam, de alguma forma, contribuir para o aperfeiçoamento do anteprojeto."

Consultoria jurídica: só falta um bom texto

"A única maneira de evitar a discussão bizarra sobre orientar as verbas vinculadas para a educação básica ou superior é aumentar para ambas, reconhecendo que, nesse momento, o estrangulamento do ensino médio precisa ser superado", sustenta Fernando Haddad, que também é professor do Depto. de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP.

(Continuação da página 6)

passado e das perspectivas futuras consignadas no plano de desenvolvimento institucional. Portanto, uma parte substancial da subvinculação será destinada às atividades de rotina e manutenção das Universidades federais; outra menor, porém não menos importante, será repartida segundo critérios de qualidade e análise das propostas de expansão e qualificação. O modelo federal permite pensar a expansão do sistema com maior flexibilidade sem riscos de retrocesso no fluxo de recursos.

Como encara a proposta de as Universidades federais voltarem a ter suas próprias Consultorias Jurídicas, deixando de ser inteiramente dependentes das instâncias federais em Brasília, como acontece hoje?

- Autonomia é a faculdade de cuidar por meios próprios daquilo que é próprio. Não encontramos ainda uma redação sobre as Consultorias Jurídicas que fosse adequada a esta definição. Estamos trabalhando nesse sentido. A experiência passada não foi virtuosa e criou uma série de constrangimentos: to-

mou-se autonomia por independência, mesmo naquilo que não era específico da Universidade, comprometendo a defesa do Estado naquilo que exigia uniformidade de orientação. Na última reunião da Andifes, nós nos comprometemos com um esforço redobrado para tentar chegar a uma redação de consenso que possa ser submetida à Advocacia Geral da União (AGU).

Como recebe a proposta, da SBPC, de se ampliarem os recursos das Ifes, mediante nova base de cálculo dos 18% destinados pela Constituição à Educação, acrescentadas as atuais subtrações referentes à Desvinculação das Receitas da União (DRU)?

- O anteprojeto tem como pressuposto a Emenda Constitucional que cria o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), como bem colocou o professor Claudio Antonio Tonegutti.

O MEC está trabalhando em duas frentes: ou revincular os recursos usurpados da educação pela DRU, ou aumentar a vinculação, seja pela mudança da alíquota, seja pela ampliação da base de cálculo. A única ma-

neira de evitar a discussão bizarra sobre orientar as verbas vinculadas para a educação básica ou superior é aumentar para ambas, reconhecendo que, nesse momento, o estrangulamento do ensino médio precisa ser superado.

Há, contudo, uma clara campanha de setores da sociedade, que defendem a tese de que a solução do problema educacional não passa por aporte de recursos adicionais. É evidente que quem retirou recursos da educação não pode concordar com a nova orientação do MEC.

Qual seria a fonte dos recursos necessários para aumentar o número de vagas nas Universidades federais, como prevê o anteprojeto?

- Em parte, acho que já respondi. Sublinho, entretanto, que o aumento no número de vagas públicas não pode estar exclusivamente amparado em novos recursos, se quisermos cumprir a meta de 40% que constava do Plano Nacional de Educação.

O modelo de educação superior precisa ser repensado, o que exige um olhar atento para o ciclo básico, para os cursos de tecnologia, para as novas tecnologias etc.

Está em discussão o futuro da Universidade Brasileira, particularmente o futuro da Universidade pública. O debate deve se dar dentro e fora da Universidade. Faço aqui algumas reflexões sobre a propalada relação entre Universidade e sociedade.

Começo pela autonomia plena, consagrada na Constituição de 1988, que continua a ser letra morta, sobretudo nas Universidades federais, mas por cuja implantação a Universidade Brasileira tem lutado todos estes anos. Outro tema recorrente é o da transparência que a Universidade deve ter na relação com a sociedade que a mantém. Muito se discute a respeito, mas pouco se coloca em prática.

Em geral, a Universidade discute apenas *intra corporis* o que ela entende sobre o que a sociedade precisa. Discute, decide e faz acontecer. Sozinha. Poucas são as experiências conhecidas que tenham a participação efetiva da sociedade civil organizada para definir os rumos da Universidade. O mais comum é ver a Academia chamar para si o direito de decidir sozinha.

Exemplo deste distanciamento é a composição do Conselho Nacional da Educação, que funciona através de duas Câmaras. O art. 2º do Regimento do Conselho dispõe sobre o funcionamento das duas Câmaras: "A Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior são constituídas, cada uma, por doze conselheiros, nomeados pelo presidente da República, dentre os quais são membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental do Ministério da Educação, e na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior do mesmo Ministério."

O Conselho é completamente impermeável à sociedade. Onde está a representação dos estudantes, dos pais dos estudantes ou da sociedade civil?

Nas Universidades, a composição dos conselhos superiores não é muito diferente. Certo, nos últimos anos, algumas Universidades têm incluído em seus Conselhos Superiores representantes da sociedade civil; mas ainda está longe de haver uma representação com poder de contribuir decisivamente para a definição dos rumos da Universidade.

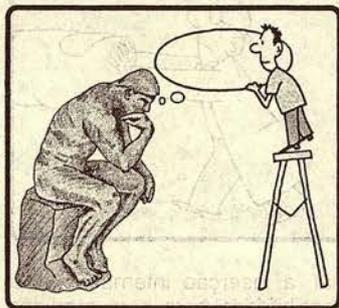
A Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) publicou, recentemente, o documento intitulado "Reforma Universitária: Proposta da Andifes para a Reestruturação da Educação Superior no Brasil".

Neste texto, a Andifes apresenta sua proposta e pauta suas proposições principalmente so-

Reforma universitária e sociedade

Lúcio Flávio de Sousa Moreira *

Se a Sociedade é a grande beneficiária da Educação, então ela (a Sociedade) tem que ter um importante papel na definição das prioridades e na fiscalização da execução de todas as ações relacionadas com a Educação Brasileira em todos os seus níveis.



bre temas como: autonomia, financiamento e política de recursos humanos.

Em seguida, sistematiza toda a proposta num Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais. O texto, de qualidade, faz contundente defesa da Educação Superior como Política de Estado. Entre seus princípios, a Andifes lista, em primeiro lugar, a Educação Superior como bem público, condição para o desenvolvimento humano, econômico e social e para a afirmação de valores e identidades culturais. Ela enfatiza que a Educação Superior não beneficia apenas o aluno diplomado, beneficia toda a sociedade.

Vale perguntar: Se a sociedade mantém a Universidade e é beneficiada por ela, em que momento e de que forma a sociedade é chamada para participar da definição dos rumos da Universidade Brasileira? Será que é suficiente que a Academia, com seu conhecimento técnico altamente especializado, deva, sozinha, definir o que é importante, útil e valioso para toda a sociedade? Não seria importante que a sociedade, através de legítimos representantes, participasse também da definição das macropolíticas e dos rumos da Universidade?

A boa análise da Andifes sobre as relações da Universidade com a sociedade não é, porém, materializada na sua Proposta de lei-orgânica.

O art. 15 do anteprojeto reza que o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior instituirá um conselho superior com o objetivo, entre outros, de fortalecer o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior, mantendo sua unidade.

Compõem este Conselho: cinco representantes das Universidades públicas federais, distribuídos regionalmente, observado o critério de rodízio; dois representantes das demais Ins-

tuições federais de ensino superior, observado o critério de rodízio; um representante dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; um representante do Poder Executivo, indicado pelo presidente da República; um representante do Órgão Colegiado Normativo do Poder Executivo Federal, responsável pela formulação e acompanhamento da Política Educacional e um representante do Poder Legislativo.

Este importante Conselho é composto, majoritariamente, por membros da Academia.

Onde estão os representantes da sociedade a quem a Universidade deve beneficiar e por quem é mantida? Nem mesmo uma representação estudantil está prevista no Conselho. Afinal, uma das razões de existir da Universidade, talvez a mais importante, é a formação de recursos humanos de qualidade excelente para a sociedade.

Exemplos como o da Universidade de Barcelona deveriam ser motivo de reflexão sobre o papel da sociedade na definição dos rumos da Universidade.

Além do seu tradicional Conselho Universitário, o Estatuto da Universidade de Barcelona (arts. 67 a 70) tem um Conselho Social, definido como órgão de participação da sociedade na Universidade e de relação da Universidade com a sociedade.

Segundo a lei vigente, o Conselho Social tem a função de colaborar com o Conselho Universitário na definição de critérios e objetivos do planejamento estratégico da Universidade; participar na definição dos critérios básicos para a elaboração do Plano de Ação da Universidade; supervisionar as atividades de caráter econômico e aprovar a Proposta do Conselho Universitário sobre a Programação de Despesas Plurianual; contribuir na supervisão, entre outras, de importantes atividades na vida da Universidade.

O Conselho Social é composto por nove membros representativos da sociedade catalã e seis membros representantes da comunidade universitária.

A experiência da área de Saúde, no Brasil, de efetivo controle social, merece ser lembrada quando se fala na questão da transparência e do controle social em nossas Universidades.

Em 2004, realizou-se a 12ª

Conferência Nacional de Saúde, com metade dos delegados, representantes de Organizações ou entidades da sociedade. O Conselho Nacional de Saúde tem 40 membros, dos quais apenas oito são representantes de órgãos governamentais.

O art. 3º de seu Regimento Interno determina que compete ao Conselho Nacional de Saúde, entre 35 atribuições:

I - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II - Deliberar sobre os modelos de atenção à saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

III - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do Sistema Único de Saúde, no âmbito nacional, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas e das organizações dos serviços em cada jurisdição administrativa (Lei 8.080/90);

IV - Participar da regulação e do controle social do setor privado da área de saúde (Lei 8.080/90);

V - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90) e

VI - Aprovar a proposta setorial da saúde, no Orçamento Geral da União, e participar da consolidação do Orçamento da Seguridade Social, após análise anual dos planos de metas, compatibilizando-o com os planos de metas previamente aprovados.

Pelo seu regimento, o Conselho Nacional de Saúde reúne-se 11 vezes por ano, pelo menos. Só com as quatro primeiras atribuições, já é possível constatar a importância do Conselho para nosso sistema de saúde.

Proponho, a exemplo do Sistema Nacional de Saúde, que o Sistema de Educação Brasileiro tenha, em todos os seus níveis, conselhos com significativa representação da sociedade.

Faço minhas as palavras do documento da Andifes sobre a Reforma Universitária: "A Educação Superior não beneficia somente o aluno diplomado, mas toda a Sociedade."

E acrescento que, se a sociedade é a grande beneficiária da Educação, então, ela, a Sociedade, tem que ter um relevante papel na definição das prioridades e na fiscalização da execução de todas as ações relacionadas com a Educação Brasileira em todos os seus níveis.

* Professor do Depto. de Saúde Coletiva da UFRN e membro do Conselho da SBPC

A Reforma Universitária vem provocando discussões acirradas em alguns segmentos da sociedade, como associações e sindicatos ligados à educação, porque despertam, na educação, algum tipo de interesse.

Entretanto, esquecem todos que o interesse do Estado na educação precede os interesses de qualquer segmento.

As empresas - A estrutura e a organização das empresas — das indústrias, por exemplo — é concebida para maximizar o lucro e minimizar os custos. Para tanto, os proprietários das empresas buscam, no disputado mercado de trabalho, os melhores diretores, gerentes etc., que possuam as habilidades e competências para atingir tais objetivos. O departamento de *marketing* das empresas tem a função de tornar os produtos conhecidos, além de criar estratégias para vencer a concorrência; o departamento de vendas, um dos mais importantes, tem a função de acionar os distribuidores e fazer com que os produtos cheguem ao mercado consumidor; o departamento de P&D tem como objetivo a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos, tudo visando o aumento das vendas, a maximização do lucro e a minimização dos custos (inclusive de mão-de-obra).

A educação tem como objetivo inserir o homem no contexto social, trazendo como princípio básico o respeito às necessidades individuais, sociais, intelectuais, técnicas e morais. Com isso, o indivíduo se torna alguém capaz de realizar-se, de trabalhar eficazmente, de questionar e buscar a sua inserção em uma sociedade verdadeira, harmoniosa e equilibrada. A inserção do homem no contexto social, através da educação, estabelece, também, os princípios sociais do processo civilizatório e da vida democrática, tais como a solidariedade, a cooperação, a justiça, a igualdade, o direito à dignidade, o respeito à alteridade e à pluralidade.

Além disso, a educação é responsável, dentre outras, pela produção do conhecimento, pela economia de um país, pela produção de riquezas, pela geração de empregos e pela qualidade de vida das pessoas.

O mercado - Assim, a educação vai além da formação de profissionais para o mercado de trabalho. Se a educação fosse restrita à formação de profissionais para o mercado de trabalho, estaríamos cultivando uma sociedade onde os valores humanos seriam ignorados.

Reitor não é proprietário - A estrutura e organização das instituições de ensino superior é

A função social das Universidades

Daltro José Nunes *

A reforma universitária está apenas resgatando a responsabilidade pela educação, principalmente para evitar que instituições de ensino superior possam praticar desvios de conduta, falta de ética, ao fazer da educação uma mercadoria.

completamente diferente das empresas, uma vez que as instituições trabalham com indivíduo. Aluno não é matéria prima e não se compra. Egresso não é produto e não se vende. Reitor não é proprietário. Pró-reitor não é diretor-comercial. Coordenador de curso não é gerente. E assim por diante. Dentre as organizações, as instituições de ensino superior são, em geral, as que possuem as estruturas mais complexas.

A educação representa o futuro de um país, sob todos os aspectos já mencionados. Ela é básica, estratégica e fundamental para qualquer nação, de formas que cabe ao Estado a responsabilidade de sua normalização e execução.

Para que as instituições de ensino cumpram seus objetivos, principalmente na formação democrática e na formação do es-



pírito crítico de seus alunos, o exemplo tem que começar em casa.

Gestão democrática - As instituições devem praticar uma administração democrática e devem estimular professores, alunos e funcionários a questionar e criticar a qualidade da educação e os processos decisórios, pedagógicos, avaliativos etc.

Quando o Estado possibilita

Como integrar ciência e sociedade?

O Programa Ibero-americano de C&T para o Desenvolvimento (Cyted) promoveu a primeira reunião de seu Comitê da Área de Ciência e Sociedade, de 13 a 15/2, na Universidade Vale do Rio Doce (Univale), em Governador Valadares, MG. Coordena a área a reitora da Univale, Ingelore Scheunemann de Souza.

A reunião instalou o Comitê Executivo e iniciou a elaboração do documento estratégico de atuação da área, que deverá ser apreciado pelo Comitê Técnico Diretivo do Cyted, composto pelos presidentes dos conselhos nacionais de pesquisa dos 21 países signatários do Programa, em 14-15 de abril, em Havana, Cuba. Participaram da reunião o secretário-geral do Cyted, Fernando Aldana, o diretor-executivo do Programa, José Maria Arguëlles, o secretário-adjunto do Cyted, Leonardo Uller, e membros do Comitê de área, bem como o presidente da Fapemig, José Geraldo Freitas Drummond, autoridades de Governador Valadares e representantes do setor empresarial.

São membros do Comitê Ciência e Sociedade: Ingelore Scheunemann de Souza, Univale, gestora; Antonio Hidalgo Nuchera, Universidad Politécnica de Madrid (Espanha), vice-gestor de Área; Ernesto Medina Sandino Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua; Haydée Domic, Programa Explora - Conicyt (Chile); Luciano Sbriz Zeitun, Subsecretaria de C&T, República Dominicana; Luiz Miguel Oosterbeek, Instituto

Politécnico, Tomar, Portugal; Maria Carlota de Souza Paula, coordenadora do Subprograma XVI de Cyted, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

As linhas de atuação do comitê incluem educação em C&T e inovação, formação de gestores em tecnologia, inovação e cooperação internacional, desenvolvimento e aplicação de ferramentas para o desenho e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, conhecimento tecnológico e sua relação com eficiência econômica, difusão da C&T e inovação. Propôs-se a criação de portal ibero-americano para divulgação da C&T em parceria com a rede POP (Popularização da Ciência na América Latina e Caribe); e também a criação da Rede Ibero-americana de Museus de Ciência. Os projetos poderão envolver instituições de educação, pesquisa, centros de tecnologia, associações científicas, entidades de governo e não-governamentais, que apostem na cooperação entre os países membros do Cyted.

O Cyted reúne-se em Buenos Aires, em março, para estudar a interatividade entre suas áreas.

a educação à iniciativa privada, através do processo de concessão, ele o faz em seu nome e sob sua responsabilidade.

Desta forma, as mantenedoras devem organizar e estruturar suas instituições de ensino conforme a maneira de administrá-las fixada pelo Estado.

Esta é a semântica que está por trás de nossa Constituição, quando trata da Educação. A Educação deve ser liberada às instituições que têm vocação, como a maioria das confessionais e das comunitárias, e negada a quem vê na educação somente uma maneira de ganhar dinheiro.

Conselhos Comunitários - A relação entre as instituições de ensino superior e a sociedade faz-se através dos Conselhos Comunitários Sociais. Com esses Conselhos, as instituições deixam de ser soberanas e passam a ser supervisionadas pela sociedade. Entretanto, alguns segmentos ligados à educação desconfiam que a reforma traz, com os Conselhos, um viés autoritário, semelhante ao rejeitado Conselho Federal do Jornalismo, ao compor os Conselhos com representantes de fora da instituição, até mesmo de sindicatos. Mas, essa não é a interpretação correta dos Conselhos Comunitários. Correto seria comparar os Conselhos Comunitários Sociais com o Conselho Nacional de Justiça que exerce controle externo do Poder Judiciário.

Está correta, portanto, a reforma universitária quando fixa o papel das instituições de ensino superior, especialmente as privadas, na educação, democratizando-as e submetendo-as ao controle da sociedade.

Educação não é mercadoria - Quando a Constituição estabelece que a educação é livre à iniciativa privada, significa que o Estado concede a ela o direito de desenvolver a educação, mas não significa que ela é livre para explorar a educação como se fosse mercadoria. A reforma universitária não está intervindo na iniciativa privada, como dizem alguns segmentos ligados à educação, muito pelo contrário; a iniciativa privada é que está fazendo o papel de Estado. A reforma universitária está apenas resgatando a responsabilidade pela educação, principalmente para evitar que instituições possam praticar desvios de conduta, falta de ética, ao fazer da educação uma mercadoria.

* Professor titular da UFRGS (daltro@inf.ufrgs.br). Membro de Comissão da Adufrgs para discussão da reforma universitária. E do Conselho Deliberativo do Instituto Latino de Estudos Avançados (Ilea/UFRGS).

Henrietta Lacks mudou minha maneira de ver o mundo. Eu a conheci em 1980 e, com toda sua fama, era chamada carinhosamente de HeLa.

Ela teve papel fundamental na elucidação dos mecanismos que controlam a divisão celular, na descoberta dos genes que causam diversos tipos de câncer, além de ter colaborado no desenvolvimento de muitos dos remédios que utilizamos.

Apesar de tudo, nunca foi agraciada com o Prêmio Nobel.

Faz 50 anos que Henrietta doa seu corpo à ciência.

Eu extraí seu DNA (ainda posuo um tubo em meu freezer) e alterei seus genes.

Naquela época, não sabíamos que ela era imortal. Mas ela continua viva, colaborando com centenas de cientistas.

Apesar de termos convivido por anos eu jamais soube o que ela sentia. Nunca dividiu comigo seus pensamentos.

Hoje sei que HeLa não possui sentimentos e entendo por que ela se entregava aos experimentos sem questionar meus motivos.

Henrietta é imortal, mas está enterrada, desde 1951, em um túmulo em Clover, Virginia.

Enlouqueci? Não. Somente me referi às células de Henrietta como se fossem a própria

Henrietta, primeira mulher imortal

Fernando Reinach *

Precisamos aceitar que as células-tronco extraídas de um embrião não são pessoas. Elas não possuem sistema nervoso e não demonstram sentimentos ou emoções, propriedades mentais básicas que separam uma pessoa de um aglomerado de células.



Henrietta.

Henrietta Lacks nasceu em 1920 e morreu de câncer do colo uterino em 1951. A partir de seu tumor, George Gey isolou a primeira linhagem imortal de células humanas, as chamadas células HeLa. Gey não tinha a permissão de Henrietta para utilizar seu tumor e a verdadeira identidade de Henrietta foi escondida durante décadas sob o pseudônimo de Helen Lane.

As células HeLa são imortais e se dividem continuamente. Elas são cultivadas até hoje em labo-

ratórios ao redor do mundo, em frascos de plástico, em um meio contendo soro bovino. Milhares de trabalhos científicos foram realizados com essas células.

Durante décadas as células HeLa têm nos ajudado a entender por que células normais se transformam em tumores.

Hoje a ciência trilha o caminho inverso, tentando compreender como células-tronco, presentes nos embriões e em tecidos adultos, dão origem aos órgãos do corpo humano.

Estas pesquisas têm como objetivo permitir a regeneração dos diversos órgãos do corpo humano. Mas para isso os cientistas precisam isolar as células-tronco de embriões humanos, da mesma maneira que George Gey isolou as células HeLa.

As células HeLa não devem ser confundidas com a pessoa Henrietta, pois não carregam seus sentimentos ou sua personalidade, mas somente seu genoma. Talvez algum dia seja possível criar uma irmã gêmea de

Henrietta a partir das células HeLa, mas jamais outra Henrietta. Do mesmo modo, precisamos aceitar que as células-tronco extraídas de um embrião não são pessoas.

Elas não possuem sistema nervoso e não demonstram sentimentos ou emoções, propriedades mentais básicas que separam uma pessoa de um aglomerado de células.

Mas é verdade que elas possuem o potencial de gerar uma ou mais pessoas.

A enorme contribuição das linhagens celulares para o desenvolvimento da medicina nunca foi devidamente divulgada e, por isso, é natural que tenhamos dificuldade em aceitar que células e pessoas não devem ser tratadas como iguais.

Talvez falte às pessoas um relacionamento mais íntimo com a imortal HeLa.

Para mais informações, procure por HeLa em <<http://www.wikipedia.org>>. (Artigo reproduzido de O Estado de SP, 16/2)

* Professor titular do Depto. de Bioquímica, Instituto de Química, USP, professor visitante do Depto. de Biologia Celular, Colégio de Medicina da Universidade Cornell, EUA, e diretor-executivo da Votorantim Novos Negócios. E-mail: <fernando@reinach.com>

Institutos do Milênio: novo edital do CNPq

O CNPq abriu inscrições para o novo edital dos Institutos do Milênio, que vai desembolsar R\$ 90 milhões nos próximos três anos. Cada Instituto pode receber de R\$ 500 mil a 2 milhões por ano.

Objetivo do edital é ampliar as opções de financiamento a redes de pesquisa com excelência reconhecida.

Cada grupo de pesquisa aprovado poderá receber de R\$ 500 mil a R\$ 2 milhões por ano, conforme a avaliação feita do projeto proposto.

O programa Institutos do Milênio não é novo e já produziu resultados consideráveis.

Sua missão básica é promover a formação de redes de pesquisa em todo o território nacional e financiar projetos mais abrangentes e relevantes de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico em áreas propostas pela comunidade científica e em áreas prioritizadas pelo Ministério da C&T.

Ampliação do universo de áreas - Na cerimônia de lançamento do edital, na sede do CNPq em Brasília, em 2 de fevereiro, o ministro da C&T, Eduardo Campos, afirmou: "Com o êxito dos 17 Institutos formados a partir da primeira fase do Programa, e agora com a ampliação do universo de áreas (induzidas e espontâneas), os pesquisadores

ficarão mais motivados para criar novas redes e assim participar da seleção".

O presidente do CNPq, Erney Camargo, também enalteceu o êxito dos grupos criados em 2001: "Promovemos a união de institutos de incontestável qualidade e de pesquisadores da maior competência". Erney também elogiou o empenho do ministro Eduardo Campos para viabilizar o novo edital.

Data limite para apresentação de propostas: 30 de abril - Os resultados do processo de escolha serão divulgados no dia 15 de junho. Início da contratação dos projetos: final de junho. Os formulários estão apenas no site: <www.cnpq.br/servicos/editais/ct/edital_0105_milenio.htm>

"Demanda Espontânea e Áreas Induzidas - Você pode submeter projetos em duas modalidades: "Demanda Espontânea", com livre escolha do tema, e "Áreas Induzidas", em campos e temas pré-definidos.

A primeira é destinada às redes de pesquisadores com excelência científica ou tecnológi-

ca já reconhecidas pelos seus trabalhos, em qualquer área do conhecimento.

A modalidade "Áreas Induzidas" abrange temas indicados pelo MCT como de interesse estratégico nacional: Fármacos e produtos naturais; Violência e Segurança Pública; Desenvolvimento e produção de novas vacinas, produtos imunobiológicos com fins terapêuticos e conjuntos diagnósticos; Melhoramento animal e vegetal, tradicional e transgênico; Amazônia: fauna, flora, produtos do extrativismo, sua industrialização e comercialização, desenvolvimento de softwares; Terapia gênica; Ecossistemas (Amazônia, Pantanal e Semi-Arido); Recursos do mar; Aeronáutica e Aeroespacial; Energia nuclear; Fontes alternativas de energia; Nanotecnologia; Microeletrônica e nanoeletrônica; Telemedicina; Estratificação social e desigualdade; Democracia e cidadania; Biodiversidade amazônica; Vetores de patógenos humanos e animais nos biótopos amazônico, pantaneiro, do semi-árido e do cerrado. (Dados da Assessoria de imprensa do CNPq)

Sir Michael Atiyah aborda "a natureza do espaço", no Rio

Considerado um dos maiores matemáticos do mundo hoje, ele profere uma conferência no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no dia 15/3, e outra na Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea/UFRJ), no dia 17.

No Impa, ele discorrerá sobre o tema "Three Dimensional Solitons". E na Copea, sobre "A natureza do espaço", problema que desafia não só matemáticos mas também filósofos e físicos há mais de dois mil anos. Esta palestra integra os festejos este ano do centenário dos trabalhos seminais de Albert Einstein.

Atiyah, 75, inglês de origem libanesa, recebeu em 2004 Prêmio Abel — o Nobel da Matemática. Aos 37 anos, ganhou a Medalha Fields, o maior prêmio para jovens matemáticos. Em 1990-95, presidiu a Royal Society.

O Impa fica na estrada Dona Castorina, 110, Jardim Botânico/Horto; fone (21) 2529-5000. A Copea promove suas palestras no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, av. Pasteur, 250, Urca; fone (21) 2295-1595.

Breves

Futuro - O neurocientista brasileiro, Miguel Nicolelis, da Universidade de Duke (EUA), quer realizar no Brasil a próxima fase de sua pesquisa: o desenvolvimento de uma roupa robótica, controlada pela mente, capaz de devolver a pessoas paralisadas a capacidade de movimento. Para isso, o pesquisador pretende firmar parceria com o Hospital Albert Einstein de SP.

Biogen - Formado pelo MCT em 9/2 o comitê diretor que vai estudar e apresentar propostas para a criação do Centro Brasileiro para a Produção de Biocombustíveis Líquidos, Gás de Síntese e Energia Elétrica (Biogen). O comitê é composto por membros do MCT, Secretaria Executiva da Agenda 21 de Goiânia, Universidades Federal e Católica de Goiás e Soluções em Energia e Meio Ambiente (EdRB).

Timor - A Capes divulgou, em 14/2, os selecionados para participar do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, que tem objetivo de apoiar o país na reconstrução de seu quadro educacional, devastado após longa guerra contra a ocupação do país pela Indonésia. O número de inscritos, 17 mil, surpreendeu os responsáveis pelo programa, que esperavam cerca de mil inscrições para as 50 vagas oferecidas.

Interatividade - A Agência Câmara de Notícias inaugurou em 16/2 um serviço de bate-papo pela Internet com os deputados da casa. O chat inaugural foi com o relator da comissão especial que discutiu o projeto de Lei da Biossegurança, dep. Darcísio Perondi (PMDB/RS), além de especialistas em biossegurança e em células-tronco. Saiba mais em: <www.camara.gov.br>.

AEB tem novo site - Estreou em 18/2 a nova página da Agência Espacial Brasileira (AEB) na internet. A mudança inclui mais conteúdo e melhor acessibilidade, com destaque para a área de multimídia, com fotografias diversas. Confira: <www.aeb.gov.br>

Cuba - O país de Fidel deverá ser o novo integrante da Rede ScienTI (www.scienti.net), plataforma de gestão do conhecimento e dados científicos e tecnológicos da América Latina, com mais de 550 mil currículos de pesquisadores, professores e estudantes. Em reunião no dia 9/2 com o coordenador de Informática do CNPq, Geraldo Sorte, a vice-ministra cubana de C&T, Mônica Sanchez, confirmou o interesse do país em participar da rede. A idéia é que Cuba comece a cadastrar e disponibilizar dados já neste ano.

Mandarim em MG - Terá início em março a primeira turma do curso de extensão em mandarim da Faculdade de Letras da UFMG. A iniciativa representa um passo decisivo dado pela Universidade para estreitar seus laços acadêmicos com a China, e pode ser o embrião para a formação de um centro de estudos chineses. Mais informações no site <www.lettras.ufmg.br/cenex>.

Cátedra Unesco - O Curso de Especialização em Divulgação Científica do Núcleo José Reis/Eca/USP iniciou suas atividades em 14/2. Crodowaldo Pavan, presidente da Associação Brasileira de Divulgação Científica (Abradic), entregou a Ciro Marcondes Filho, coordenador do NJR, placa comemorativa pela obtenção da Cátedra Unesco.

VAI ACONTECER

Tome Ciência - Programa de TV, patrocínio do Instituto Ciência Hoje e SBPC, apoio da Finep. Semana de 14 a 20/2, *Energia nuclear, um caso de vida ou morte*. Semana de 21 a 27/2, *Universidade em hora de exame*. STV (Net, Sky, DirectTV e Tccsat). 2ª feira, 23h; 3ª, 13h; 4ª, 19:30h; 5ª, 6:30h; 6ª, 17h, sábado, 15:30h e domingo, 00h. Site: <www.tomeciencia.com.br>

Conferências de Março da Copea (Coordenação de Programas de Estudos Avançados) da UFRJ - Dia 17/3, *The nature of space*, com Sir Michael Atiyah (Un. Edinburgh). Dia 31/3, *Regulação da expressão dos genes*, com Sérgio Verjovski - Almeida (USP). Fone: (21) 2295-1595. Fax: 2295-2346.

Ciência às Seis e Meia - Realização da SBPC/RJ, com apoio da Finep, sempre às 18:30h. Dia 13/4, *O ano miraculoso de Einstein*, com Ildeu de Castro Moreira (UFRJ). Dia 11/5, *O uso de partes (grandes e pequenas) do corpo humano para tratar doenças em lugar de remédios*, com Eliane S. Azevedo (UFBA/Uefs). Local: Espaço Cultural Finep, RJ. Mais informações no site: <www.finep.gov.br/finep_cultural/ciencia_seis_meia.asp>

2nd Latin American School and Workshop on Polynomial Systems - De 28/2 a 4/3, Angra dos Reis, RJ. Mais informações no site: <www.labma.ufrj.br/~gregorio/conferencias/polysys>

XLI Congresso da Sociedade de Medicina Tropical - De 6 a 10/3, Florianópolis. Site: <www.medtropfloripa2005.com.br>

5º International Symposium on the Production of Alcohol and Yeasts - De 6 a 10/3, Campos do Jordão, SP. Site: <www.faelquil.br>

I Encontro Estadual de História - De 9 a 12/3, Associação Nacional de História, Núcleo Regional de Alagoas. Fone: (82) 9972-1044. E-mail: enc_est_anpuh_al@yahoo.com.br; Site: <www.anpuh.chla.ufal.br>

Seminário Tecnologia Industrial Básica - De 17 e 18/3, Hotel Sofitel, RJ. Fone: (61) 347-6755. E-mail: jfmedeiros@abipti.org.br

Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais - De 31/3 a 3/4, Depto. de Artes da UFPR. Mais informações no site: <www.musica.ufpr.br/sincam>

I Simpósio Brasileiro em Biotecnologia do Petróleo - De 4 a 6/4, auditório da Reitoria da UFRN. Fone: (84) 211-9209. E-mail: info_bspb@biocom.ufm.br; Site: <www.biocom.ufm.br/simp2005/index.html>

4º Congresso Mundial de Centros de Ciência - De 10 a 17/4, Riocentro, RJ. E-mail: gilsonsilva@fiocruz.br; Site: <www.expo.fiocruz.br/expo.html>

Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação - De 17 a 22/5, Porto Alegre, RS. Fone: (51) 3218-4900. E-mail: globaltech@rbs.com.br

IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia - De 25 a 28/5, Salvador, BA. Fone: 55 71 247-3296. E-mail: conpsi@dagaz.com.br; Site: <www.conpsi.psc.br>

12º Congresso Brasileiro de Sociologia - De 31/5 a 3/6, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Mais informações no Site: <www.sbsociologia.com.br>

Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente - De 8 a 10/6, Londrina, PR. Fone: (43) 3371-4306. E-mail: lpur@uel.br; Site: <www.geo.uel.br>

Congresso Internacional da International Association for Relationship Research no Brasil - De 1 a 3/7, Universidade Federal do Espírito Santo. Envio de Propostas até 31/3. E-mail: agnaldo.garcia@uol.com.br; Site: www.iarr.org

II Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde - De 9 a 13/7, Universidade Federal de Santa Catarina. Site: <www.ufsc.br>

XXIII Simpósio Nacional de História - De 12 a 17/7, Universidade Estadual de Londrina, PR. Fone: (43) 3371-4398. E-mail: historia@uel.br; Site: <www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio>

II Congresso sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento - De 17 a 20/8, Universidade Federal Fluminense, RJ. E-mail: metaphor@uol.com.br; Site: <lael.pucsp.br/~tony/metaphor/2005>

VI Congresso das Empresas de Biotecnologia - De 13 a 15/9, Centro de Exposições Imigrantes, SP. Fones: (21) 2220-1109. E-mail: comunicacao@abrabi.org.br; Site: <www.abrabi.org.br>

4º Congresso Brasileiro de Biossegurança e 4º Simpósio Latino-Americano de Produtos Transgênicos - De 26 a 29/9, Porto Alegre, RS. Inscrições para apresentação de trabalhos até 30/5. Fone: (21) 2220-8327. Site: <www.anbio.org.br>

Pós-Graduação

Mestrado em Engenharia Aeroespacial - Inscrições até 5/3. Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) em convênio com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Mais informações no site: <www.fapema.br/agilifap>

Mestrado em Engenharia de Reatores no Instituto de Engenharia Nuclear - Inscrições até 24/2. Fone: (21) 2209-8255. E-mail: ppgien@ien.gov.br; Site: <www.ien.gov.br/ensino>

Curso

Especialização em Lingüística - Inscrições de 14 a 23/3. O curso terá duração de 15 meses e carga horária de 400 horas/aula. Instituto de Letras e Lingüística, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Fone: (34) 3239-4162. Site: <www.ileel.ufu.br>

Livros & Revistas

O Brasil entre a América e a Europa, de Luís Cláudio Villafaña G. Santos. Aborda a política do Império brasileiro frente aos encontros interamericanos realizados no século XIX, desde o primeiro, no Panamá, em 1826, até o de Washington, em 1889/1890, único do qual o Brasil participou. Ao longo do texto percebe-se a desconfiança e rejeição do Brasil Império à política do panamericanismo, entendido como potencial mecanismo comum de oposição aos interesses brasileiros. Editora Unesp. Site: <www.editoraunesp.com.br>

O que É o Tempo?, de G.J. Whitrow. Partindo dessa interrogação, o autor, especialista no tema, discute, entre outros temas, as formas históricas de medir o tempo, os diversos padrões adotados para estabelecer sua passagem e os imperativos econômicos que constituem a base da busca de precisão de sua mensuração. É voltado tanto para o público em geral como para estudiosos da ciência, história e filosofia. Jorge Zahar Editor. Site: <www.zahar.com.br>

Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX, de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Reúne os textos publicados pelo economista na imprensa, divididos em quatro partes: inflexões históricas sobre o capitalismo, reflexões sobre transformações recentes desse sistema, observações sobre seus principais críticos e, por fim, uma seção sobre futebol, uma das paixões do autor. Ed. Unesp. Fone: (11) 3242-7171.

Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como Estratégia de Inserção Competitiva, de Vinicius Lage, Christiano Braga e Gustavo Morelli (orgs.). A partir de uma análise do recente crescimento econômico do Brasil, os autores discutem os conceitos de territorialidade e de desenvolvimento local e refletem sobre a experiência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) na redescoberta do Brasil rural. Editora Relume Dumará e Sebrae. Fone: (21) 2564-6869.

Ciência & Cultura, revista da SBPC e Imprensa Oficial de SP, edição de jan/fev. Núcleo temático: Tecnociências. Organizadoras: Márcia de Oliveira Teixeira e Bianca Antunes Cortes. Textos sobre "As ciências na história brasileira", "As diferentes maneiras de se estudar a invenção científica", "Pesquisa em saúde e reforma sanitária", "A internacionalização de agendas de pesquisa" e outros. E-mail: <cienciaecultura@sbpcnet.org.br>

Prêmios CNPq

O CNPq abriu inscrições para três prêmios: José Reis de Divulgação Científica, Érico Vannucci Mendes e Destaque do Ano na Iniciação Científica.

O valor total das premiações ultrapassa R\$ 30 mil.

O Prêmio José Reis de Divulgação Científica é destinado a quem contribua significativamente para tornar a C&T conhecidas do público leigo, e este ano é atribuído na modalidade Jornalismo Científico, distribuindo o equivalente a US\$ 4.500 e com inscrições até 11 de maio.

Já o Prêmio Érico Vannucci Mendes é concedido a quem se distinguir em estudos e pesquisas, devidamente publicados, sobre a cultura brasileira e a preservação da memória nacional, especialmente as tradições populares e os traços culturais das minorias étnicas e sociais. A premiação é de R\$ 5 mil e as inscrições também vão até 11/5.

O 3º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica incentiva bolsistas de Iniciação Científica do CNPq que se destacaram durante o ano pela relevância e qualidade do relatório final, bem como as instituições participantes do Pibic. Serão distribuídas três premiações equivalentes a 12 meses de bolsa IC, uma para cada grande área do conhecimento, além de bolsas de mestrado. Inscrições até 26/8 nas Universidades.

Os contemplados nos dois primeiros prêmios receberão as premiações e farão uma apresentação sobre o seu trabalho durante a 57ª Reunião Anual da SBPC, que será em Fortaleza, no mês de julho.

Regulamentos e outras informações no site: <www.cnpq.br/sobre/cnpq/premios> (Assessoria de comunicação do CNPq)

Criada Editora Inpa

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia cria editora com objetivo de viabilizar a edição de livros e periódicos.

Segundo o pesquisador George Henrique Rebêlo, editor-chefe, a idéia de criar uma editora própria surgiu em razão da grande demanda por parte da comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo, da carência de editoras em Manaus, o que inviabiliza a socialização de parte do conhecimento produzido.

A primeira publicação que sairá com a chancela da Editora Inpa é o livro *The Evolution of Biological Organization as a Function of Information*, de autoria da pesquisadora Ilse Walker, da Coordenação de Pesquisas em Ecologia (CEPC/Inpa).

Mais informações pelo e-mail <editora@inpa.gov.br> (Assessoria de Comunicação do Inpa)

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 25 DE FEVEREIRO DE 2005 • ANO XVIII Nº 546

Memória da SBPC: quem financia?

O projeto, em fase de levantamento do conteúdo do acervo, busca recursos para organizar toda a documentação histórica da maior entidade brasileira de difusão da ciência. Por Carla Almeida

O Projeto Memória, da SBPC, mesmo sem parcerias e financiamento, está caminhando, sob a coordenação do presidente da entidade, Ennio Candotti, e uma equipe de consultores, pesquisadores e historiadores.

O objetivo do projeto é criar o Arquivo Histórico da SBPC, a partir da organização do amplo acervo de documentos da entidade, composto de registros em papel, vídeos, fotografias, depoimentos, livros e periódicos, produzidos e acumulados desde sua criação em 1948, colocá-lo à disposição de estudiosos da história da ciência.

Publicação de documentos

Com esse propósito, o Projeto Memória promove o levantamento de todo esse material e já iniciou contatos para ampliação do acervo. Ao mesmo tempo, o grupo trabalha em três frentes de pesquisa, que devem resultar numa série de publicações, nos moldes dos *Cadernos SBPC* nº 7. Lançada em outubro de 2004, a publicação conta com documentos dos primeiros 10 anos da SBPC, incluindo as atas de fundação da entidade, em 1948, e da eleição realizada em 1955.

A primeira pretende resgatar registros relativos à fundação da SBPC e aos primeiros anos de atividades da entidade. Para isso, o grupo está reunindo depoimentos inéditos gravados em áudio e vídeo feitos nos anos 80 pelos fundadores e procurando complementar esse material com a ajuda de contemporâneos e de familiares. "As famílias estão nos ajudando a identificar as fotos, que ainda estão desorganizadas em nosso acervo", conta Walquíria Chassot, responsável pela organização do arquivo histórico da entidade.

Segundo ela, a idéia é publicar quatro números dos *Cadernos SBPC* dedicados a cada um dos principais fundadores da SBPC: Paulo Sawaya, José Reis, Maurício Rocha e Silva, Erasmo Garcia Mendes.

SBPC e a questão nuclear - A segunda linha de pesquisa do projeto diz respeito ao envolvimento da SBPC com a questão nuclear no Brasil na década de 50. Faz parte do acervo histórico da SBPC a transcrição do Simpósio sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos no Brasil, realizado de 25 a 27 de abril de 1956, na Faculda-



de Nacional de Filosofia, no RJ, promovido pela entidade.

"Queremos publicá-lo na íntegra, enriquecido com elementos históricos e as manifestações da SBPC sobre o assunto", adianta Walquíria. Segunda ela, estas duas etapas do projeto estão tomando bastante tempo. "Só a organização física das fotos está dando muito trabalho."

Mas o projeto ainda prevê a realização de uma pesquisa sobre as reuniões anuais da SBPC nas décadas de 70 e 80, quando havia uma atividade política diferenciada, mas que, apesar da importância, não se sabe o quanto desta época foi registrado pela SBPC.

Muito do acervo ainda não foi desvendado por falta de aparelhos específicos. "Temos vários rolos de gravações, mas ainda não temos equipamentos para verificar o que são. Imaginamos ter coisas muito interessantes, mas falta financiamento para termos as condições adequadas à análise de boa parte desse material", revela Walquíria.

SBPC, política e sociedade - O objetivo da terceira frente de pesquisa é reunir discursos, moções, comunicados à imprensa, depoimentos, recortes de jornais, fotos etc, montando um painel da participação fundamental da SBPC e de seus sócios em fatos que marcaram a história recente da ciência no Brasil.

"Estamos abertos a doações de fotos, jornais, documentos, registros, cartazes, principalmente das primeiras décadas de atividades da SBPC", lembra a historiadora.

Além de Walquíria, fazem parte do projeto, coordenado por Ennio Candotti: Amélia Império Hamburger, Luis Edmundo de Magalhães e Maria Amélia Mascarenhas Dantes, como consultores; e Patrícia Tavares de Freitas, responsável pela pesquisa e arquivo histórico.

Eleições ABJC

Abertas até 4/3 as inscrições de chapas para disputar o pleito da Associação Brasileira de Jornalismo Científico. A apuração e posse serão em 31/3.

Somente serão aceitas inscrições de chapas completas, com os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, diretor acadêmico, diretor administrativo, diretor de eventos, diretor de publicações e divulgação e conselho fiscal (três membros).

Podem integrar as chapas apenas os membros titulares, quites com a ABJC, com, no mínimo, seis meses de filiação.

As inscrições devem ser feitas por meio de carta endereçada ao presidente da Comissão Eleitoral, com a assinatura de todos os membros da chapa, até 4/3. O endereço para envio é: r. Engenheiro José Sá Rocha, 61, CEP 04126-020, São Paulo, SP.

As inscrições também podem ser entregues pessoalmente.

As cédulas de votação serão encaminhadas por e-mail, a partir de 14/3 e deverão ser devolvidas pelo correio até 24/3. A apuração, comunicação dos resultados e posse dos vencedores será em 31/3.

Outras informações no site <www.abjc.org.br>.

Ciência em HQs

Lançamento da editora Marca de Fantasia, *Ciência e Quadrinhos*, de Gian Danton, conta como os roteiristas de histórias em quadrinhos vêm utilizando a C&T em suas histórias.

Ciência e Quadrinhos, oitavo volume da Coleção Quiosque, é o primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Gian Danton (pseudônimo de Ivan Carlo Andrade de Oliveira), defendida na Universidade Metodista de SP, em 1997.

O autor resgata o surgimento das primeiras HQs de ficção científica, nos anos 20, e mostra como os roteiristas vêm se apropriando da ciência para contar suas aventuras, muitas vezes se antecipando em relação aos avanços científicos e tecnológicos.

Ele identifica três fases distintas da relação entre os roteiristas e a ciência ao longo dos anos. A primeira é uma fase ingênua, em que os cientistas são mostrados de forma romântica, como solitários benfeitores da humanidade, ou solitários malucos. Na segunda fase, permeada pela Segunda Guerra Mundial, surge a figura do cientista envolvido em programas militares de governo. Numa terceira fase, os quadrinistas não se limitam a divulgar as teorias científicas e a antecipar descobertas tecnológicas, mas buscam a reflexão.

Site da editora: <<http://marcadefantasia.sites.uol.com.br>>